

**ESPAÇO TEMA LIVRE**

# Assalariamento de agricultores familiares nas lavouras de palma de óleo no Pará

**Ana Claudia Guedes Fernandes<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0009-0001-9310-8832>**Vera Lúcia Batista Gomes<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-8146-5082>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), Belém, Pará, Brasil.

**Assalariamento de agricultores familiares nas lavouras de palma de óleo no Pará**

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar os determinantes que levaram à inserção dos agricultores familiares no trabalho assalariado nas lavouras de palma da Empresa Brasil Biofuels S.A. (BBF), no Pará, Brasil. A pesquisa baseou-se na revisão da literatura e em investigação empírica, com abordagem qualitativa, realizada junto a agricultores familiares assalariados da BBF e a sindicalistas rurais dos municípios paraenses de Moju, Acará e Concórdia do Pará. Com base na teoria marxista, os dados foram analisados e os resultados revelaram que esses trabalhadores se inseriram no trabalho assalariado devido à necessidade de assegurar a sobrevivência de suas famílias, pois a escassez de produção nos estabelecimentos familiares provocou o empobrecimento, impactando nas condições de vida e alterando a convivência familiar e comunitária.

**Palavras-chaves:** agricultura familiar; lavoura de palma de óleo; agronegócio; trabalho assalariado.

**Wage labor of family farmers in oil palm plantations in Pará**

**Abstract:** The objective of this article is to analyze the determinants that led to the insertion of family farmers into wage labor on palm oil plantations at Empresa Brasil Biofuels S.A. (BBF) in Pará, Brazil. It was based on a literature review and empirical research, using a qualitative approach, conducted with family farmers employed by BBF and rural union members in the municipalities of Moju, Acará, and Concórdia do Pará, in Pará. Based on Marxist, the data were analyzed, and the results revealed that these workers entered wage labor due to the need to ensure the survival of their families. Production shortages on family farms led to impoverishment, negatively impacting living conditions and altering family and community life.

**Keywords:** family farming; oil palm farming; agribusiness; wage labor.

Recebido em 04.06.2025. Aprovado em 25.08.2025. Revisado em 04.12.2025.

**Introdução**

A expansão da palma no Pará, protagonizada por empresas dendeicultoras e pelo Estado brasileiro, efetua-se por meio da expropriação de terras agricultáveis e da força de trabalho local, provocando profundas alterações no espaço geográfico, nas formas de trabalho e no modo de vida das pessoas que ali residem. No



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

contexto global, a produção de palma de óleo ocupa aproximadamente 20.778.000 hectares plantados em 28 países dos continentes asiático, africano e da América do Sul, totalizando uma produção estimada em 66.835.000 toneladas de óleo (Nahum; Santos, 2018).

Atualmente, a dendeicultura no Brasil está vinculada à expansão das commodities, impulsionada por políticas agroenergéticas e financiada por investimentos públicos e privados, por empresas nacionais e transnacionais. A mundialização do capital, em sua dinâmica desigual e contraditória na agricultura, tem como pressuposto básico uma nova divisão internacional do trabalho, que redimensionou verticalmente as relações entre países produtores de bens industriais e os fornecedores de matéria-prima, criando uma configuração em que as empresas multinacionais descentralizaram sua atuação de produção e consumo industrial para os territórios de países periféricos. Com efeito, surgem novos postos de trabalho que mobilizam a força de trabalho para as lavouras de dendê, instituindo, assim, o assalariamento de agricultores familiares, o que tem rompido com a forma tradicional de reprodução social por meio da agricultura familiar.

Apesar da abrangência e relevância econômica da produção da palma, nota-se ainda a carência de estudos — especialmente na área do serviço social — que analisem as implicações do assalariamento nas lavouras de palma para a reprodução social das famílias de agricultores familiares (Almeida, 2012; Monteiro, 2013; Sampaio, 2014; Silva, 2015; Santos, 2015; Souza, 2015; Vieira, 2015; Ferreira, 2016; Carvalho, 2016; Silva, 2016; Ribeiro, 2017; Carvalho, 2018; Araújo, 2017; Ribeiro, 2017; Saavedra, 2017; Sousa, 2018; Sousa, 2019).

A cadeia produtiva da palma no Brasil foi fortalecida por políticas públicas estatais após o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), consolidando-se no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003–2010). Em 2004, o governo lançou o Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustível (PNPB), o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP), o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Zoneamento Agroecológico do Dendê (ZAE-Dendê), que identificou mais de 31,8 milhões de hectares no nordeste paraense como ideais para a cultura do dendê (Silva, 2015; Ribeiro, 2017; Araújo, 2017).

No Pará, a expansão da palma ocorrida no século XXI vincula-se ao boom do monocultivo de outras culturas primárias, como a soja, o milho, a cana-de-açúcar e o eucalipto. Este avanço se destaca como pauta exportadora de commodities, tanto na alimentação quanto nos biocombustíveis, constituindo o Pará como principal território desse processo (Perpetua, Thomaz Júnior; Garvey, 2022). Essa ascensão da palma tem resultado na territorialização e monopolização do mundo rural paraense, por meio de expropriações violentas dos bens comuns da natureza, dos recursos territoriais e do trabalho (Oliveira, 2013).

Sendo assim, a territorialização e a monopolização da palma apresentaram o produto como uma alternativa para enfrentar a estagnação econômica e reduzir as desigualdades sociais no estado e nos municípios onde se instalou. O discurso das empresas e do governo brasileiro afirmava que o dendê seria uma solução para a pobreza no campo, na medida em que aumentaria a renda familiar, geraria empregos e melhoraria a qualidade de vida (Perpetua, Thomaz Júnior; Garvey, 2022). Além disso, o avanço da produção da palma se justificava pela urgência em mitigar a crise energética global, buscando uma nova matriz de energia “limpa” para substituir o petróleo que apresentava sinais de esgotamento. O Brasil, com o seu potencial para a produção de energia renovável, considera a produção do óleo da palma como uma promissora para biocombustíveis (Almeida, 2012; Sampaio, 2014; Ferreira, 2016).

Além disso, a palma produz o óleo vegetal mais produzido e comercializado do mundo, pois, é utilizado nas indústrias de cosméticos, alimentos, higiene, limpeza, têxtil, siderurgia, farmacêutica e, também, na produção de biodiesel. Trata-se de uma oleaginosa de alta produtividade, com um rendimento anual de 05 toneladas de óleo por hectare, o que equivale cerca de 12 cachos de frutos por ano. Cada cacho contém, em média, entre 1.000 e 3.000 frutos, com peso aproximado de 20 quilos (Nahum; Santos, 2018). Em síntese, o dendê é um óleo vegetal, altamente, rentável no mercado de *commodities*, com demanda global em todos os continentes, o que tem levado governos locais a concederem inúmeras terras para a sua produção. Ademais, a disponibilidade de mão de obra barata, desqualificada e mal remunerada impulsiona, ainda mais, essa expansão (Biodieselbr, 2014).

Essas considerações motivaram a elaboração deste manuscrito, objetivando analisar os principais determinantes que levaram os agricultores familiares a se inserirem no trabalho assalariado nas lavouras da palma na Empresa Brasil Biofuels S.A (BBF), instalada no Pará, Brasil.

É tributário de uma revisão da literatura e de uma pesquisa qualitativa e empírica realizada com nove agricultores que trabalhavam nas lavouras de palma da BBF, sendo: três de Moju, três de Concórdia do Pará e três de Acará, bem como, alguns membros de suas famílias que trabalhavam nos seus respectivos estabelecimentos familiares (esposas, filhos e pais) e três sindicalistas dos Sindicatos dos/as Empregados/as Rurais do Moju/Pará (SINDTER), de Acará/Pará (SINDTER) e de Bujaru e Concórdia do Pará (SINDTER). A coleta de dados foi realizada nos estabelecimentos familiares dos próprios trabalhadores, na zona rural dos municípios onde residiam; à exceção de um agricultor que mora na área urbana de Concórdia do Pará. À luz da teoria marxista, os dados foram analisados e estão em parte estruturados neste artigo, em 04 seções: A primeira introdutória, a segunda analisa a expansão da palma de óleo no Pará, a terceira procurou conhecer a travessia do trabalhador na agricultura familiar para o assalariamento na empresa BBF, particularmente nos municípios de Moju, Acará e Concórdia do Pará, enquanto a quarta e última parte se reporta às considerações finais.

### A expansão da palma de óleo no Pará: Elementos para o debate

No Brasil, a palma ocorre, majoritariamente, no Pará que ocupa 25% da Amazônia Legal e 14,6% do território brasileiro e lidera a cadeia produtiva da oleaginosa, no país, com 20 empresas instaladas em 31 municípios. A distribuição, do estado, é organizada em 12 Regiões de Integração (RI), sendo que a palma se concentra nas seguintes regiões: Guajará ou Região Metropolitana de Belém, Guamá, Rio Capim, Caeté e Tocantins. Importa destacar que, em 2022, a produção de palma no Pará atingiu 2.901.177 toneladas, enquanto a nacional foi de 2.952.129 toneladas, tornando o Pará responsável por 98,27% do total produzido no país (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

Essa posição de destaque na cadeia produtiva da palma foi precedida por uma intensa corrida por terras, caracterizada por um cíclico de *land grabbing* (Hage; Peixoto; Vieira Filho, 2012), ou seja, a compra massiva de terras por corporações multinacionais e nacionais. Para Harvey (2011), um dos projetos dos capitalistas num território, é a despossessão de seus ocupantes, através do consenso com estratégias, fortemente ideológicas e/ou com utilização da violência. Nesse processo, a população é usurpada de seus direitos e dos meios de produção que dispõe (como a terra), ficando “livre” a força de trabalho, tornando-se mercadoria para venda no Mercado (Harvey, 2011, grifo nosso).

Trata-se de um movimento que resultou em uma significativa cessão de terras pelo Estado para a produção da oleaginosa, cuja expansão da área plantada pode ser observada na série histórica de 2000 a 2022. No ano 2000, havia 37.893 hectares de área plantada e colhida de dendê nas Regiões de Integração (RI) Guajará, Guamá, Rio Capim, Caeté e Tocantins. Entre 2000 e 2010, esse número ultrapassou 52.244 hectares, com um aumento de 37,87%. No entanto, entre 2011 e 2022, a área plantada e colhida saltou de 53.968 para 185.963 hectares, representando um crescimento de 244,58%. Quando se analisa todo o período de 2000 a 2022, constata-se que a variação total foi de 390,76%, com o pico registrado em 2020, quando a área plantada e colhida atingiu 188.502 hectares (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

A justificativa para essa expansão se baseia, em parte, na adequação do território paraense ao cultivo do dendezeiro, devido ao seu solo fértil e ao clima favorável. No entanto, um fator determinante para esse avanço é a realidade socioeconômica das regiões, marcadas por profundas desigualdades sociais, favorecendo a concentração de terras e a exploração da força de trabalho.

As RI Guajará, Guamá, Rio Capim, Caeté e Tocantins, onde se concentra a produção da palma no Pará, possuem municípios com pobreza multidimensional, caracterizada pela escassez de recursos essenciais à manutenção das famílias. Nessas localidades, as políticas sociais são ausentes ou precárias, e o Programa Bolsa Família (PBF) prevalece, beneficiando 375.479 pessoas em 2021 (35% do total no Pará) e 501.410 em 2022, correspondendo a 37,4% do estado. No entanto, políticas estruturantes como saúde, educação, trabalho e habitação são negligenciadas pelos governos (Netto, 2007; Cavalcante Filho et al., 2018; Bastos et al., 2018; Fonseca; Höher; Romão, 2021).

A partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede as condições de vida da população com base na renda, saúde e educação, foi possível constatar a realidade socioeconômica dos municípios onde residem os sujeitos da pesquisa que subsidiou a construção deste manuscrito. Assim, nos referidos municípios, os índices de IDH geral foram os seguintes: Moju (RI Tocantins) registrou 0,547; Acará (RI Tocantins) obteve

0,506; e Concórdia do Pará (RI Rio Capim) apresentou 0,566. Acerca do IDH longevidade, os valores foram de 0,757 para Moju, 0,757 para Acará e 0,741 para Concórdia do Pará. No entanto, os índices relacionados à educação foram mais baixos: 0,375 para Moju, 0,332 para Acará e 0,438 para Concórdia do Pará (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2010).

Os índices do IDH desses municípios suscitaram, ainda mais, o interesse em interrogar sobre os principais motivos que levaram trabalhadores da agricultura familiar a se inserirem no assalariamento nas lavouras de palma de óleo da empresa BBF.

### **Da agricultura familiar ao assalariamento na BBF/Pará**

A inserção de agricultores familiares no assalariamento, nas lavouras de palma da empresa BBF, expressa uma mudança no trabalho rural no estado do Pará. À medida que esses agricultores se tornaram assalariados, os processos de trabalho e o modo de vida também foram alterados, gerando impactos diretos na reprodução social das famílias. Por consequência, houve o enfraquecimento de formas tradicionais de organização social que muito favoreciam a qualidade de vida cotidiana, tanto material quanto imaterial (Luxemburgo, 1976).

A propósito, Saito (2021), baseado na obra de Karl Marx, possibilita apreender mais profundamente as transformações que vêm ocorrendo no modo de vida dos agricultores familiares, elucidando que o trabalho assalariado é a materialização da destruição da “unidade entre os seres humanos e a natureza” (Saito, 2021, p. 31). Isso explicita que os processos de trabalho presentes no modo de produzir da agricultura familiar, ainda numa relação do agricultor com seus meios de produção, têm uma natureza de resistência à alienação moderna e ao domínio reificado do capital.

A alienação trata de um processo de desumanização no modo de produzir capitalista que, segundo Marx citado por Saito (2021), pode ser sintetizado em quatro aspectos inter-relacionados: a alienação do produto, quando o trabalhador cria um objeto que não lhe pertence e que se transforma em seu senhor; a alienação da atividade, quando o trabalho deixa de ser expressão de vida e passa a ser uma tarefa forçada para garantir a sobrevivência física; a alienação da essência humana, pois a capacidade ontológica do ser humano é substituída por práticas mecânicas e pragmáticas; e a alienação entre os seres humanos, transformando a competição em princípio das relações entre trabalhadores.

Nos relatos dos sujeitos da pesquisa que subsidiam este manuscrito, foi possível constatar que o assalariamento modificou o cotidiano dos agricultores mencionados. O trabalho na agricultura familiar sempre foi realizado em família, tendo o produto do trabalho como algo coletivo, utilizado para o sustento e bem-estar da comunidade. Ademais, não havia pagamento de salário, e o objetivo final não era o lucro, mas sim assegurar a reprodução social do coletivo familiar. Outro aspecto pontuado foi que rivalidade, competição e trabalho forçado não se aplicavam à agricultura familiar, sendo a divisão das atividades por gênero e intergeracional, o que contribuía para um trabalho livre e criativo, constituindo o modo de viver de todos.

Os relatos dos sujeitos da pesquisa permitiram constatar que o trabalho assalariado é antagônico ao trabalho na agricultura familiar, pois o assalariamento decorre da dissolução da unidade original entre seres humanos e natureza. Por conseguinte, desapossa os agricultores familiares de seus meios de produção, forçando-os a vender sua força de trabalho e a se tornarem dependentes do capital para sobreviver. Nessa nova relação de trabalho, o capitalista compra a força de trabalho para usá-la conforme seus interesses, subordinada à finalidade de obtenção de lucro por meio da extração da mais-valia — não mais para a reprodução da vida desses agricultores. Desse modo, o assalariamento se torna um “trabalho forçado”, externo àquele que o realiza, cujo único objetivo é obter um salário para sobreviver. Assim, o produto de sua ação não lhe pertence mais. Em síntese, o trabalho assalariado representa a dominação impessoal e reificada do capital, em que os processos de trabalho empobrecem o ser interior, sua essência humana (Marx, 2013 *apud* Saito, 2021).

Sendo assim, dos nove entrevistados que contribuíram para a tessitura do presente manuscrito, 56% estavam, ainda com muito esforço, realizando tanto o trabalho assalariado quanto o trabalho na agricultura familiar em sua propriedade, junto com alguns membros da família. Enquanto isso, 44% dos agricultores estavam envolvidos exclusivamente com o trabalho assalariado na empresa BBFF.

O cenário de recrutamento de agricultores familiares para o assalariamento nas lavouras de palma no nordeste paraense é ilustrativo. Segundo dados do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

(PDET)/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) (Brasil, 2023), entre 2021 e julho de 2023, a absorção da força de trabalho formal na produção da palma no Pará apresentou os seguintes dados: em 2021, 10.747 trabalhadores; em 2022, 12.289; e até julho de 2023, somavam 12.030 — refletindo um aumento de 12,55% no biênio 2021–2022.

Analisando a mobilidade de trabalhadores nos municípios de Acará, Concórdia do Pará e Moju, constatou-se que, em 2021, a BBF contratou 2.730 trabalhadores de Moju, 1.213 de Acará e 1.091 de Concórdia do Pará. Em 2022, o número de contratados no Moju pela referida empresa foi de 2.730, seguido por 1.742 trabalhadores de Acará e 1.372 de Concórdia do Pará. Até julho de 2023, o quantitativo de contratados pela BBF foi: Moju com 2.033; Acará com 1.613; e Concórdia do Pará com 1.533. Entre 2021 e 2022, o Acará teve a maior variação de contratações, com 30,37%, seguido por Concórdia do Pará com 20,48%, enquanto Moju apresentou uma redução de 23,03% (Brasil, 2022).

A empresa BBF, desde 2020, possuía um quantitativo de pessoal de 4.082 trabalhadores. Em 2021, esse número passou para 4.428 e, em 2022, alcançou 5.357 trabalhadores. Nota-se que, de um ano para outro, a empresa teve um incremento relativo no quantitativo de pessoal, com uma variação de aumento de 7,81% entre os anos 2020 e 2021, sendo que no biênio 2021–2022, a variação foi de 17,34% (Brasil Biofuels S.A., 2022). Em síntese, o assalariamento no Pará, onde se situam as empresas produtoras de palma de óleo, tende a se consolidar.

Contudo, a partir de 2000, observou-se uma intensa dinâmica de territorialização e monopolização nos referidos municípios, com especialização na cadeia produtiva da palma, o que resultou em mudanças significativas, devido ao recrutamento ativo de força de trabalho local, estadual e regional. Esse processo potencializou um movimento migratório entre os municípios onde ocorre a produção de dendê, podendo ser caracterizado como um novo fenômeno social, haja vista que, historicamente, esses agricultores trabalhavam em seus empreendimentos de agricultura familiar.

As análises aqui efetuadas permitiram constatar que diferentes motivos impulsionaram a inserção desses agricultores no assalariamento nas lavouras da empresa BBF, a saber: 25% dos pesquisados declararam que sua principal motivação foi a necessidade de um salário fixo para assegurar a manutenção das necessidades básicas de suas famílias; 25% apontaram o assalariamento como estratégia para obtenção de renda; 25% destacaram a possibilidade de adquirir bens domésticos, como cama, televisão, fogão e motocicleta; 13% mencionaram a baixa rentabilidade das atividades agrícolas e extrativistas em seus estabelecimentos familiares; 6% relataram a improdutividade da terra; e 6% afirmaram que ingressaram no assalariamento com o interesse de participar do sindicato dos trabalhadores assalariados da palma.

Os dados acima evidenciam que os principais determinantes da inserção no trabalho assalariado na produção da palma na BBF foram as dificuldades econômicas relacionadas à baixa produtividade dos estabelecimentos de agricultura familiar e a necessidade de assegurar o sustento das famílias — ou seja, a necessidade de sobrevivência diante da situação de empobrecimento enfrentada pelos agricultores familiares daqueles municípios. Assim, os trabalhadores mencionados sentiram a necessidade de ter um salário fixo, pois, segundo eles, a segurança financeira proporcionada por uma remuneração mensal é essencial para o sustento familiar, conforme evidenciam os relatos a seguir: “[...] Trabalho por um salário, sem dúvida, em razão da minha família, se não fosse minha família eu não estaria no caso do dendê [...]” (Trabalhador assalariado NSB do Acará).

Embora a obtenção de um salário fixo seja fundamental para a manutenção das famílias desses trabalhadores, registra-se que a inserção no assalariamento na produção da palma provocou mudanças substanciais na forma de trabalho à qual estavam habituados. Antes, todos realizavam o trabalho na agricultura familiar desde a infância. Ou seja, desde cedo, esses trabalhadores mantiveram vínculos com o estabelecimento de agricultura familiar e com a produção agrícola tradicional, em algum momento de suas vidas: “[...] eu trabalho na terra desde os 6 anos de idade, tanto na terra que era nossa, quanto na terra que era dos outros” (W.C.S., Concórdia do Pará). No entanto, o salário se fazia necessário, urgentemente, visto que, devido à insuficiência da renda obtida com o trabalho na agricultura familiar, enfrentavam dificuldades para assegurar a alimentação da família. Assim, para conseguir o mínimo necessário para o sustento, vendiam o pouco que produziam, realizavam trabalhos temporários em fazendas em troca de salário e complementavam a renda com o valor recebido do Programa Bolsa Família (PBF). O relato marcante do trabalhador N.D.C., de Moju, expressa essa situação: “[...] queremos só um salário para nosso sustento.” A seguir, o relato da esposa de um trabalhador que afirma que:



[...] ele recebia por semana 200 reais, comprava as coisas de comida. Eu recebo, por mim, também, ganho a bolsa, mas, juntava para o que faltava [...] queria comprar alguma coisa para ele, não dava, só dava para comprar as coisas de casa, coisa de comida [...]” (Esposa do entrevistado JSC, no Acará).

É relevante destacar que, no período da pesquisa, 77,8% dos trabalhadores entrevistados eram beneficiários do PBF. Dentre esses, 88% declararam que o valor recebido por esse programa era utilizado para complementar a renda, especialmente na aquisição de alimentos para a família. Isso indica que o salário pago pela BBF não era suficiente para assegurar os meios de sobrevivência, cujos custos mensais, em média, são estimados em R\$ 6.647,63.

Além das dificuldades em garantir a alimentação devido à insuficiência da renda obtida com o trabalho na agricultura familiar, outro fator determinante para o assalariamento dos agricultores nas empresas de palma foi a sazonalidade das atividades agrícolas e extrativistas que afetava a produção nos seus estabelecimentos familiares. Registra-se que uma das atividades realizadas pelos referidos trabalhadores é a extração do açaí, utilizado tanto para subsistência quanto para comercialização. No entanto, um deles trabalhava com a extração da castanha-do-Pará, enquanto alguns cultivavam mandioca e outras culturas. Porém, durante a entressafra, a impossibilidade de realizar essas atividades os deixava sem uma renda fixa.

Diante dessa realidade, os agricultores recorriam a alternativas para obtenção de renda, como a pesca ou outros trabalhos esporádicos, vendendo eventualmente sua força de trabalho. Dentre os participantes da pesquisa, sete agricultores, antes de trabalharem na BBF, além do trabalho realizado em suas propriedades familiares, já exerciam o trabalho acessório (Santos, 1978), ou seja, a transformação paulatina e periódica do agricultor familiar em trabalhador assalariado. Um exemplo ilustrativo é o caso de um agricultor que, no período de entressafra, trabalhava com agricultura e pecuária em uma fazenda vizinha, recebendo semanalmente R\$ 200,00. O relato de um dos entrevistados, L. J. P. de Acará, evidencia: “[...] eu passei a trabalhar na BBF porque eu trabalhava com açaí, e no intervalo do inverno pra nós, não dá açaí, dá bem pouco dinheiro. Aí, foi mais por causa disso que eu entrei na empresa [...]”.

Os relatos dos entrevistados revelam um sentimento unânime — a necessidade de criar estratégias de qualquer natureza para minimizar as condições precárias de vida, especialmente no que se refere à insegurança alimentar de suas famílias. Assim, a venda da força de trabalho foi apenas uma entre as diversas estratégias de sobrevivência adotadas, embora o trabalho assalariado nas lavouras de palma tenha provocado mudanças significativas no processo de reprodução social dos próprios trabalhadores e de suas famílias. Desta forma, a obtenção de um salário recebido em dinheiro possibilitou a aquisição de bens que, antes, não eram acessíveis com a renda proveniente exclusivamente do trabalho na agricultura familiar.

Embora o assalariamento nas lavouras de palma esteja imerso em dinâmicas de exploração e despossessão, os relatos colhidos indicam que, para alguns trabalhadores, o salário representou uma oportunidade concreta de transformação material, particularmente no que diz respeito à moradia. A aquisição da casa própria, nesse sentido, simboliza não apenas um avanço econômico, mas uma conquista de dignidade social — mesmo que isolada e insuficiente para caracterizar uma mudança estrutural. Assim:

O que melhorou é que, antes, a gente não tinha recurso para nada. Quando eu comecei a trabalhar, a gente não tinha nada, a gente não tinha onde morar, a gente não tinha casa. A gente morava de favor, o primeiro salário que eu peguei eu comprei material para construir aqui a nossa casa, porque essa parte daqui é minha e a outra é da minha mãe. O que ficou difícil é que não tenho tempo para trabalhar para nós mesmo, não tenho tempo de fazer uma atividade extra, a gente só trabalha para a empresa mesmo (NS, Acará).

Além da aquisição da casa própria, os trabalhadores informaram que passaram a ter maior poder de compra, visto que tiveram possibilidades de adquirir aparelhos eletrodomésticos e móveis como televisão, fogão, geladeira, guarda-roupa, bem como um veículo (moto). Além disso, puderam fornecer aos filhos certos gêneros alimentícios, como iogurte, e mantiveram suas contas e dívidas em dia. Esses relatos evidenciam que a vida cotidiana dessas famílias tem passado por mudanças significativas na forma de reprodução social. O salário recebido na empresa — de R\$ 1.320,00 (equivalente ao salário mínimo) — tornou-se o principal meio de subsistência da família, complementado pelo benefício do Programa Bolsa Família (PBF), cujo valor médio é de R\$ 705,00.

Dessa forma, constatou-se um processo de desterritorialização das tradicionais relações não capitalistas no campo, impulsionado pela degradação ambiental e pelo enfraquecimento do trabalho na agricultura familiar.

Trata-se de um fato expresso por formas precárias e degradantes de trabalho, levando à destruição de territórios historicamente marcados por modos de vida sustentáveis (Harvey, 2004). Nesse contexto, agricultores familiares, tentando escapar da fome, foram levados a se submeter a um processo contínuo de proletarianização, abandonando suas terras e o trabalho agrícola familiar como meio de reprodução social (Mészáros, 2008; Amorim, 2013).

Assim, o assalariamento na BBF é exercido em condições precárias, expressas pela intensificação do trabalho e pela gestão flexível com exigência de metas inatingíveis — é um trabalho que requer o dispêndio da força física dos trabalhadores, expondo-os ao sol e à chuva, provocando, com efeito, adoecimento que se manifesta por dores permanentes nas costas, pernas, braços e nuca, causadas por cansaço, fadiga, exaustão e estresse. Além disso, esses trabalhadores têm seus direitos violados, bem como enfrentam restrições ao tempo dedicado ao convívio familiar e comunitário — ou seja, o tempo do não trabalho não é garantido. Ainda assim, os trabalhadores se veem impelidos à subsunção, à dominação e à opressão do capital, diante da necessidade de garantir os meios de sua reprodução social e a de suas famílias.

## Conclusão

O assalariamento dos trabalhadores nas empresas BBF, nos municípios de Acará, Concórdia do Pará e Moju, relaciona-se às dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares para obter uma renda fixa que garanta sua subsistência e a de seus familiares. Isso se deve não apenas à sazonalidade da agricultura e do extrativismo que afetam a agricultura familiar, mas sobretudo à forma de inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho.

Nessa lógica, o país, enquanto economia capitalista periférica e dependente do grande capital financeiro, especializa-se na produção e exportação de commodities, como o óleo de palma. Assim, a política econômica brasileira, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, está atrelada aos ditames dos grandes banqueiros internacionais, por meio da captura do fundo público para a formação de superávit primário, visando o pagamento dos juros da dívida pública que, neste ano de 2025, demandará 79,5% do PIB brasileiro, desafiando medidas de ajuste fiscal, a exemplo do novo arcabouço fiscal (Cunha, 2025).

Esse cenário de esvaziamento das conquistas civilizatórias, dos direitos sociais e do trabalho, revela novas formas de sociabilidade do trabalho, marcadas por alienação e desumanização das condições laborais que afetam diretamente a reprodução social das/os trabalhadoras/es. Diante disso, tornou-se urgente a mobilização para a luta de classes, que deve passar, necessariamente, pela reconstrução de um processo de organização do trabalho pleno de sentido. Essa reconstrução é fundamental tanto para o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência dos trabalhadores — em especial dos assalariados da BBF — quanto para buscar a emancipação social, o que implica, certamente, na continuidade da luta por outro projeto societário.

## Referências

- ALMEIDA, J. R. de. Criação de valor sustentável e o óleo de palma o Brasil. 2012. 119f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012. Disponível em: [https://pesquisa-caesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/julio\\_ribeiro\\_de\\_almeida.pdf](https://pesquisa-caesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/julio_ribeiro_de_almeida.pdf). Acesso em: 16 nov. 2025.
- AMORIM, W. V. Acumulação e espoliação no/e para além do campo brasileiro: terra, capital, trabalho e escalas de análise. *GeoGraphos*, v. 4, n. 45, p. 306–322, 2013. DOI: 10.14198/GEOGRA2013.4.45. Disponível em: <https://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/wagner-amorim.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2025.
- ARAÚJO, C. T. D. de. Mudanças na paisagem da região de Tailândia, estado do Pará, entre os anos de 1985 e 2015. 2017. 146f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: [https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/23648/1/2017\\_C%C3%A9sarTeixeiraDonatodeAra%C3%BAjo.pdf](https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/23648/1/2017_C%C3%A9sarTeixeiraDonatodeAra%C3%BAjo.pdf). Acesso em: 15 nov. 2025.
- BASTOS, P. de M. A.; MATTOS, L. B. de; SANTOS, G. C. Determinantes da pobreza no meio rural brasileiro. *Revista de Estudos Sociais*, v. 20, n. 41, 2018. DOI: <https://doi.org/10.19093/res6163>. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/6163>. Acesso em: 01 dez. 2025.
- BIODIESELBR. Palma. Junho 2014. Disponível em: <https://www.biodieselbr.com/plantas/palma/palma#:~:text=Anualmente%2C%20cada%20hectare%20de%20palma,cultivo%20comercial%20de%20%C3%B3leo%20vegetal>. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL BIOFUELS S.A. Relatório da Administração. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Brasil Biofuels S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. (documento não disponível na internet).

BRASIL. Ministério do Trabalho. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (Pdet). Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais>. Acesso em: 19 jul. 2023.

BRASIL. Painel de Informação do novo CAGED. Out. 2025. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDElYWl2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTZhNTetNGYxOC04YWw5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 10 nov. 2025.

CARVALHO, A. C. A. de. As metamorfoses do trabalho e no espaço a partir da dendeicultura em Tomé-Açu (PA): estudo de caso na Vila Forquilha. 2016. 117f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <https://ppgeo.prospesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2014/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20ANA%20CL%C3%81UDIA%20DE%20CARVALHO.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

CARVALHO, A. C. A. DE. Dendeicultura em Tomé-açu (PA): metamorfoses no trabalho e no espaço na vila Forquilha. In: NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. dos (org.). Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço rural na Amazônia paraense. 1. ed. Ananindeua: Itacaiúnas, 2018. p. 119–155.

CAVALCANTE FILHO, P. G. et al. Pobreza rural e desigualdade de renda na Amazônia: um estudo da produção familiar rural do estado do Acre. Revista de Estudos Sociais, v. 20, n. 40, 2018. DOI: <https://doi.org/10.19093/res6482>. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/6482>. Acesso em: 15 nov. 2025.

CUNHA, M. IFI diz que rombo nas contas públicas em 2025 deve ultrapassar 64 bi. Rádio Senado, Relatório de Acompanhamento Fiscal, 16 abr. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2025/04/16/ifi-diz-que-rombo-nas-contas-publicas-em-2025-deve-ultrapassar-64-bi>. Acesso em: 13 mar. 2025.

FERREIRA, V. A. As Influências socioeconômicas e ambientais da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins. 2016. 137f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/items/74690124-dbbc-4060-a90e-d59847e2ae5c>. Acesso em: 10 nov. 2025.

FONSECA, F. S. de T.; HÖHER, R.; ROMÃO, P. A. F. B. Pobreza rural no norte do Brasil: uma análise do perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Redes: Revista de Desenvolvimento Regional, v. 26, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v26i0.15764>. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/redes/article/view/15764>. Acesso em: 10 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). SIDRA/Produção Agrícola Municipal, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 28 out. 2023.

HAGE, F. A. S.; PEIXOTO, M.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Aquisição de Terras por estrangeiros no Brasil: uma avaliação jurídica e econômica. Brasília (DF); Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

HARVEY, D. O Novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. O Enigma do capital e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

LUXEMBURGO, R. A Acumulação do Capital. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. (Biblioteca de Ciências Sociais).

MÉSZÁROS, I. A Educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo: 2008.

MONTEIRO, K. F. G. Análise de indicadores de sustentabilidade socioambiental em diferentes sistemas produtivos com palma de óleo no Estado do Pará. 2013. 198f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias/Agroecossistemas da Amazônia) – Universidade Federal Rural da Amazônia; Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/2099>. Acesso em: 01 dez. 2025.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. DOS. Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI. In: NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. dos (org.). Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço rural na Amazônia paraense. 1. ed. Ananindeua: Itacaiúnas, 2018. p. 87–118.

NETTO, J. P. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. Revista em Pauta, n. 19, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190>. Acesso em: 15 nov. 2025.

OLIVEIRA, A. U. DE. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, J. P. (org.). A Questão agrária no Brasil: o debate da década de 2000. São Paulo: Ed. Expressão Popular. 2013. p. 103–172.

PERPETUA, G. M.; THOMAZ JÚNIOR, A.; GARVEY, B. Reprimarização e expansão territorial das commodities agrícolas no Brasil: dinâmicas, fatores, escalas e implicações. Revista da ANPEGE, v. 18, n. 36, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2022.v18i36.16381>. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/16381>. Acesso em: 15 nov. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). IDHM Municípios 2010. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-munic%C3%ADpios-2010>. Acesso em: 24 nov. 2022.

RIBEIRO, L. C. “Mesmo com essas coisas ruins que o den dê trouxe, eu não saio daqui”: resistência à agroindústria do dendê na comunidade do Castanhalzinho em Concórdia do Pará. 2017. 126f. Dissertação (Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento



Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10764>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SAAVEDRA, M. da P. C. O “ir” para o assalariamento na agroindústria do dendê e o “voltar” para a comunidade quilombola: o caso de Santo Antônio em Concórdia do Pará. 2017. 275f. Dissertação (Mestre em Sociologia) – Programa de Pós-graduação de Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10764>. Acesso em: 01 dez. 2025.

SAITO, K. O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. Tradução de Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2021.

SAMPAIO, I. C. A Agricultura familiar e a agroindústria do dendê no município de Tomé-Açu (PA): efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar. 2014. 203f. Dissertação (Mestre em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10764>. Acesso em: 01 dez. 2025.

SANTOS, J. V. T. dos. Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, C. B. dos. Dendeicultura e comunidades camponesas na Amazônia paraense: uma análise do município de Moju. 2015. 163f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: <https://ppgeo.prosp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2013/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20CLEISON%20BASTOS.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2025.

SANTOS, M.; GLASS, V. Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. Disponível em: [https://br.boell.org/sites/default/files/atlas\\_agro\\_final\\_06-09.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/atlas_agro_final_06-09.pdf). Acesso em: 01 dez. 2025.

SILVA, E. P. DA. Agroestratégias e monocultivos de dendê: a transferência silenciosa das terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia paraense. 2015. 241f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em 2015. Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/items/22bf341b-d423-4b84-afc3-2acdd23c5345>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SOUZA, M. L. DE. Análise do impacto da produção de óleo de palma na economia do nordeste paraense. 2015. 83f. Dissertação (Mestrado profissional) — Programa de Mestrado Profissional em Uso Sustentável de Recursos Naturais em Regiões Tropicais, Instituto Vale, Belém, 2015. Disponível em: <https://repositorio.itv.org/server/api/core/bitstreams/a850c4c0-5e6c-490b-9043-398bd835e0b5/content>. Acesso em: 01 dez. 2025.

SOUSA, R. B. DE. Recriação camponesa e o agronegócio do dendê no nordeste paraense. 2018. 349f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://app.uff.br/riuff/handle/1/29156>. Acesso em: 01 dez. 2025.

SOUSA, R. B. DE. *Quando o trabalhador assalariado é camponês*: um estudo dos agricultores camponeses nos campos de dendê no nordeste paraense. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 14, n. 32, p. 28–52, abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT143202>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/47406>. Acesso em: 01 dez. 2025.

VIEIRA, A. C. C. A integração camponesa ao monocultivo de dendê: subordinação e transformação do campesinato amazônico. 2015. 144f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/14990>. Acesso em: 01 dez. 2025.

### **Ana Claudia Guedes Fernandes**

[anaclaudilguedes@gmail.com](mailto:anaclaudilguedes@gmail.com)

Assistente social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

### **Vera Lúcia Batista Gomes**

[veragomesbelem@hotmail.com](mailto:veragomesbelem@hotmail.com)

Assistente social. Doutora em Sociologia do Trabalho pela Université de Picardie Jules Verne, Amiens, France.

Universidade Federal do Pará  
Rua Augusto Corrêa, 01 - Guamá  
Belém - Pará - Brasil  
CEP: 66075-110.

**Agradecimentos**

Não se aplica.

**Agência financiadora**

Não se aplica.

**Contribuições das autoras**

A primeira autora contribuiu na concepção, levantamento e análise de dados, elaboração e revisão do manuscrito. Elaborou e defendeu em 2024 a tese que deu origem a este artigo. A segunda autora contribuiu na análise de dados, elaboração e revisão do manuscrito. Orientou a tese que deu origem a este artigo.

**Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA, sob protocolo CAAE N. 55310322.0.0000.0018, com Parecer n. 5.453.056.

**Consentimento para publicação**

As autoras consentem a publicação do presente manuscrito.

**Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.

**Disponibilidade de dados**

Não se aplica.

**Editores Responsáveis**

Mailiz Garibotti Lusa – Editora-chefe

Betina Ahlert – Comissão Editorial